

O GOMES DE BARROS : entrevista

HUMBERTO GOMES DE BARROS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

por Leon Frejda Szklarowsky

Esta seção foi criada para homenagear aqueles que vêm contribuindo com seu trabalho, sua inteligência e exemplo, para o enriquecimento da cultura e da pátria, servindo de paradigma para outras pessoas, especialmente os mais jovens.

Neste momento conturbado de cruciais batalhas e mudança de costumes, de subversão de princípios e valores, faz bem lembrar que nem tudo esta perdido, porque existem pessoas - a maioria, felizmente - que acreditam no ser humano e no trabalho.

Revista Prática Jurídica - *Ministro Humberto Gomes de Barros, Vossa Excelência nasceu no Estado de Alagoas, terra das águas, que possui uma das mais belas orlas marítimas do País, da cultura e do mar até não acabar mais, de Delmiro Gouveia, de Graciliano Ramos e de Pontes de Miranda. Quanta coisa boa num cadinho só!*

Vossa Excelência diz, com tanta sensibilidade e orgulho, que nascer no Rio Grande do Norte é um golpe de sorte e nascer em Maceió é sorte muito maior. Por quê?

Ministro Humberto Gomes de Barros - Maceió, mar e sol; mar azul esverdeado; mar verde azulado, Maceió. Lagoa Mundaú. Mundão d'água, contornando a cidade; Ilha de Santa Rita; Barra Nova; passeio pelos canais; Praia do Francês, água morna. Mar calmo; mais adiante, mar com ondas; mar pra todo gosto; areia branca de doer os olhos. Maceió, coisa mais linda não ha! Maceió, Pajuçara; Ponta Verde, piscina no meio do mar. Maceió da boa mesa: carapeba, fritinha na farinha; cavala bem ensopada em puro leite de coco; agulha bem torrada, pedindo cerveja mais que gelada; camarão da Lagoa, ostra, maçunin tarioba e



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

sururu; buchada, carne-de-sol; cachaça JG, mastigada com caju. Em plena Semana Santa, pecado só é a gula: come-se pra se fartar de tudo o que o mar dá, acompanhado de bredos, coisa que só tem lá.

Maceió faz cultura erudita e popular, basta ver a poesia que há em qualquer lugar: os muros de toda a urbe cobrem-se de poesia; pintura culta e *naif*, da melhor que existe lá. Nas festas de Natal, guerreiro, pastoril, chegada e baiana enchem de sons e cores toda a periferia. Basta ver e escutar.

Com tudo isso, eu pergunto: existe sorte maior do que nascer em Maceió?

Prática Jurídica - *Conte um pouco dessa terra misteriosa, do local onde nasceu, da sua infância, da adolescência e da célebre UCPM, que, pela sigla, assusta qualquer leigo, ainda mais nos dias atuais, mas, pelo visto, coisa ruim não é, porque Vossa Excelência, com muita honra, e galhardia, a ela pertenceu. Ou não?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Nasci no Farol, bairro alto de Maceió. A cidade tinha pouco mais de cem mil habitantes. Todos se conheciam. Isso nos permitia a mais livre das infâncias: sair sozinho, jogar bola, ir à praia, andar de bonde. Nos domingos, havia filmes seriados imperdíveis, nos cinemas de bairro. Eram as "séries", cujos episódios terminavam, sempre, com o mocinho (a quem chamávamos "artista") em perigo mortal. Eram os "perigos da série". Como esquecer Tom Mix ou o Zorro? Antes e depois da série, havia a troca de revistas de quadrinhos e livros da Coleção Terra, Mar e Ar. Depois, era o futebol, na Praia da Avenida - a mais linda que já conheci. Melhor de tudo, eram as férias. Mal terminavam as aulas, eu saltava na carroceria de um caminhão. Meu Avô era dono de uma usina de açúcar. Naquele tempo, embora a maquinaria fosse muito mais avançada do que os velhos engenhos bangüê, os meios de transportar a cana, para



moagem continuavam primitivos. Era tudo na base do carro de boi. O povo (não havia rádio de pilha) também pouco evoluíra, culturalmente, desde o início do século. Junto com um grupo de primos, eu me misturava com os moradores da usina. Com eles aprendi a guiar carro de boi e a cambitar (transportar cana no lombo de cavalos).

Aprendi, principalmente, não ter preconceitos relativos a raça, fortuna e escolaridade. Livre de tais deformações, pude descobrir e aproveitar a sabedoria daquela gente. O povo da usina moldou a parte mais preciosa de meu caráter. Minha adolescência foi quase igual a de qualquer rapaz morador em cidade pequena, nos anos cinquenta: escola, praia, futebol, festinhas, algumas farras e escapadelas à "Zona". Embora um Município alagoano fosse considerado o maior produtor brasileiro de maconha, eu jamais vi um cigarro dessa erva. Usar droga era coisa de "maloqueiro".

A festejada UCPM era uma ficção. Para explicá-la, é necessária uma referência a um grupo de boêmios que, acabada a II Guerra Mundial, fundou uma entidade chamada "Quarenta e Quatro Espada D'Água". Esse nome faz alusão a guarnição militar maceioense: "Vigésimo Batalhão de Caçadores". O hino do Quarenta e Quatro era uma paródia à Canção do Soldado. Começava assim: "nós somos da pinga pura, fieis paus-d'água, por ela amados (...)". Não havia alcoólatra na organização. Tudo era galhofa. Nosso grupo de adolescentes criou, também, uma organização semelhante: a UCPM (União dos Conquistadores de Piniqueiras de Maceió). Piniqueira, era o pejorativo que se reservava às empregadas domésticas. Namorar uma delas, era façanha que dava promoção na hierarquia fictícia da entidade. Eu, tímido e feio, não passei de soldado raso.

Prática Jurídica - *Há quanto tempo Vossa Excelência está em Brasília e o que o fez transferir-se para cá?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Cheguei a Brasília, para ficar, em junho de 1962 (há, praticamente, 42 anos). Não vim diretamente de Alagoas. Antes, morei no Rio de Janeiro, onde formei-me em Direito e me casei. O Rio é, assim, minha segunda querência. Considero-me, também, carioca. Minha mudança para Brasília, deveu-se a uma circunstância fundamental: a transferência do Senado Federal. O advogado Walter Orlando Barbosa Leite integrava o escritório do Senador João Villasboas, com quem eu estagiara no Rio. Walter, um dos melhores causídicos que conheci, era funcionário do Senado e acompanhou sua repartição para a Nova Capital. Ele me convidou para montarmos um escritório. Aí atuou nova circunstância: meu pai era Deputado e morava, com a família, em Brasília. Isso afastou o que seria o maior problema: a falta de moradia. Fundamos um escritório, em conjunto com Alberto Vasconcellos e Heliantho Siqueira. Éramos quatro, numa pequena sala do Edifício Ceará. Pouco tempo depois, problemas familiares obrigaram Walter a retornar. Heliantho fez um concurso e se tornou oficial do Registro Imobiliário. Alberto e eu permanecemos juntos, por vinte anos.

Prática Jurídica - *Como foi que Vossa Excelência optou por estudar Direito e onde cursou a Faculdade?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Meu pai era advogado. Com a Constituição de 1946, ele ingressou na política, elegendo-se, várias vezes, deputado (estadual e, depois, federal). Não deixou, entretanto, a profissão. Ele viajava muito para fazer audiências e comícios no interior. Sempre que era possível, levava-me. Uma vez, havia dois compromissos no mesmo dia, em cidades distantes entre si. Meu pai não teve dúvida: meteu-me em um trem, e mandou-me para União dos Palmares. Na partida, entregou-me uma pasta, com os autos de um processo e uma petição de apelação. Com a pasta, uma recomendação: "Segure firme, não deixe ninguém pegar, nem olhar. Entregue ao escrivão Alfredo e peça que ele assine na cópia". Viajei quatro horas, literalmente



abraçado à pasta. Cumpri rigorosamente o mandato. Foi meu primeiro ato de advocacia. Eu tinha dez anos de idade.

Meu sonho, contudo, não era ser advogado. Bom em matemática e física, queria ser engenheiro. Cheguei a morar em Recife, matriculado em um curso preparatório: De repente, entretanto, deu-me um estalo. Passei a engenharia para trás e fiz o vestibular de Direito. Imagine a alegria de meu pai. Fiz o primeiro ano, Faculdade de Direito de Alagoas. Depois, transferi-me para a Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. Minha querida FND complementou minha formação intelectual, ampliou-me os horizontes, deu-me um monte de colegas, hoje transformados em irmãos. Diria, até, que ela, sem quitar-me o status de alagoano, fez-me carioca.

Prática Jurídica - *Como foi a passagem da advocacia para a magistratura?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Quando fiz minha opção pelo Direito, firmei uma decisão. Seria advogado. Transformei essa resolução em jaculatória. "Vou vencer na advocacia", repeti mentalmente, ao longo de anos. Fiel a meu compromisso, recusei vários cargos no Serviço Público. Malgrado constantes provocações, feitas por amigos, esquivei-me de vários concursos para a Magistratura e o Ministério Público. Dediquei-me, paralelamente, a Ordem dos Advogados do Brasil, para cujo Conselho fui eleito nove vezes. Certo dia, Amaury Serralvo, amigo e Conselheiro Federal da OAB, apareceu em meu escritório. Disse que indicara meu nome, para integrar a lista sêxtuplo, com vista ao preenchimento de vaga no Superior Tribunal de Justiça. Afirmou que a indicação foi recebida com entusiasmo.

De início, achei que a idéia era absurda. Depois, foi o medo que tomou conta de mim. Resolvi, finalmente, topar a parada. Em menos de seis meses, minha vida sofreu uma reviravolta. O que mais doeu foi



deixar o escritório, após três décadas de advocacia. Também senti falta da OAB, que já se tornara verdadeira "cachaça". O exercício da judicatura não trouxe maior dificuldade. Meus colegas de tribunal acolheram-me com carinho quase paternal. De vez em quando, o Ministro Garcia Vieira advertia-me, jocosamente: "Deixe de ser advogado, desça da tribuna". Eu lhe respondia: "Você é juiz demais, suba na tribuna".

Prática Jurídica - *Qual o ramo do Direito que mais o fascina?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Depois de doze anos envolvido com questões de Direito Público, transferi-me para a Segunda Seção, cuja especialização é o Direito Privado. Gosto muito do que estou fazendo, mas não posso esconder a sensação de que me sentia mais útil quando estava envolvido com o Direito Público. E que atualmente domina a convicção de que os interesses do Estado preponderam de modo absoluto, sobre os direitos dos indivíduos. Isso acontece, porque os professores de Direito Administrativo adotaram como postulado o "primado do interesse público". O "princípio" foi levado ao extremo. A partir desse cânone, os direitos do cidadão transformam-se em tábula rasa. Tudo acontece como se o indivíduo existisse para servir ao Estado. Transformadas em meros servos, as pessoas vêem seus direitos serem postergados, pelos interesses do Príncipe. O tratamento pejorativo permite que o Estado se recuse a devolver impostos arrecadados ilegalmente; pratique "desapropriação indireta", derrogando, sem prévia indenização, a propriedade individual.

No Direito Processual, o "primado" se traduz na contagem de prazos em dobro; na proibição de liminares contra o Estado; no duplo grau de jurisdição obrigatório; no odioso instituto do precatório. O exagero tende a instaurar deformações que já começam a comprometer o próprio direito à liberdade.

Nas Turmas de Direito Público, o magistrado tem oportunidade de temperar exageros, demonstrando que o Ordenamento Jurídico disciplina as hipóteses e os limites da proteção à coisa pública e ao cidadão. Ao magistrado integrante de tribunal superior impõe-se o encargo de restaurar o império do ordenamento jurídico e lembrar que a supremacia do Estado, levada ao exagero, funcionou como matriz do Fascismo, do Nazismo e do Comunismo totalitário. Por isso, sinto-me socialmente mais útil, quando julgo questões de Direito Público.

Prática Jurídica - *Que fatos pitorescos tem marcado sua vida?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Em seis décadas de vida (bem vivida), ocorreram-me várias situações insólitas. Lembro uma delas, acontecida no começo de minha advocacia. Certa vez, fui procurado pela família de um alagoano que estava preso. Completamente desconhecido, recém-casado, com filho pequeno, não podia rejeitar causa. Corri para a delegacia. Lá, encontrei meu cliente com a mão direita machucada. Contou-me que, em uma mesa de bar, discutia com um conhecido. Este, de repente agrediu-o com uma cadeira. O golpe só não o atingiu no rosto, porque foi aparado a tempo. "Descontrolado pela dor, sentei-lhe um murro, bem no olho direito". Em outra sala, a vítima, com o olho roxo, queixava-se de ter recebido o murro, ao tempo em que negava a agressão. O patrono do homem que apanhara pedia o indiciamento de meu constituinte, por lesão corporal. Eu, em contrapartida, argumentei com a circunstância de que houvera simples retorsão imediata. Agressor, em verdade, fora o camarada de olho roxo.

De repente, o advogado vira-se para mim, afirmando que eu não estava agindo corretamente. Minha reação foi imediata: "Quem é o senhor para repreender-me; dê-se o respeito; honre esse anelão que está em seu dedo; se o senhor não conhece ética profissional, eu farei com que a OAB lhe ensine". Minha raiva ia crescendo, enquanto eu falava. Meu



adversário, mostrava, apenas, perplexidade. O delegado, constrangido levantou-se e segurou-me o braço: "Tenha calma, doutor; está havendo um mal-entendido; o doutor Nerino é um cavalheiro; aguarde um pouco; estou certo de que esclareceremos tudo". Esperei, no gabinete do delegado. Dez minutos depois, ele retorna: "Seu colega está constrangidíssimo; não sabe como lhe pedir perdão; foi, realmente, um mal-entendido; ele pensava que o Senhor era um policial, prevaricando em favor de uma das partes". Aceitei a explicação e saímos, como amigos, da delegacia. Antes, havíamos conciliado os dois brigões, que saíram livres de qualquer acusação.

Tempos depois é que atinei com a causa do engano. E que, minha renda profissional não dava para renovar o guarda-roupas. Assim, restavam-me somente duas roupas: o terno da formatura e o do casamento, ambos, de tropical preto. Eu vivia revezando. Se um dia usava o da formatura, no outro, vestia o do casamento. Assim, os dois foram se tornando sebertos. Não sei por que, policial usa, normalmente, roupa escura. Como, naquela época, a Polícia Civil do Distrito Federal era muito mal remunerada, era de se presumir que um sujeito vestindo terno preto, surrado, em uma delegacia, seria policial. Minha negra indigência transformou-me em policial.

Poderia lembrar fatos interessantes ocorridos na época da Ditadura, quando eu, integrante da Comissão de Defesa e Assistência da OAB, compareci a quartéis e delegacias, em busca de colegas presos. Quando aconteceram alguns desses fatos (como o da invasão da UnB) deu frio na espinha. Hoje, eles podem ser recordados com bom humor.

Prática Jurídica - *Como Vossa Excelência encara a pulverização da Constituição com esses contínuos projetos de emendas constitucionais, valendo ela menos que uma lei ordinária, pela intensidade e volúpia com que é modificada?*



Ministro Humberto Gomes de Barros - Em várias oportunidades, tenho observado que essa Constituição Federal foge aos modelos tradicionais. Ela não é rígida, nem elástica. Tampouco, guarda semelhança com a lei fundamental inglesa. Nossa Constituição é gelatinosa. Ela toma a forma que lhe emprestar o poderoso do momento. Veja-se essa tão apregoada "reforma do Poder Judiciário". Muitas normas integrantes da PEC deveriam integrar a Lei Orgânica da Magistratura. No entanto, o Governo (quem manda, nesse terreno, é o Governo; o Parlamento, limita-se a obedecer) percebeu que é muito mais fácil reformar a Constituição Federal do que modificar uma simples lei complementar. Em rigor, não temos Constituição.

Prática Jurídica - *Recentemente, Vossa Excelência tomou posse na Academia Alagoana de Letras. Conte um pouco de sua vida no campo das letras.*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Meu ingresso na Academia de Letras foi surpreendente, para mim. Sempre cultivei um estilo enxuto, de frases curtas e palavras simples. Ele ajuda-me a exprimir pensamentos de forma Clara e agradável. No dizer de alguns amigos, devo a meu modo de escrever a maior parte do êxito como advogado. Não considero isso um dom inato. Como um atleta, vivo em constante exercício, para "manter a forma". Para tanto, aproveito o tempo vago para me divertir, juntando palavras e contando histórias. Exercito-me escrevendo crônicas e contos, a partir de fatos verídicos, ouvidos ao longo da vida, ou de situações imaginadas.

Outra habilidade que adquiri foi a de fixar em versos, os acontecimentos que presencio. Tal habilidade, tampouco, é inata: quando escrevi meu primeiro epigrama, eu já era quase cinquentão. Tanto as histórias quanto os versos, eu os mostro aos amigos mais interessados e os guardo, sem fazer qualquer cópia. Tudo era metido em gavetas, sem qualquer critério de seleção. Já no STJ, tornei-me uma espécie de



cronista, fixando em poemas satíricos (alguns) fesceninosa que vai acontecendo na vida da Corte. Virei, assim, uma espécie de cordelista, fixando em versos lineares os acontecimentos e o perfil dos colegas. Tudo é escrito na hora. Quase nada é guardado. Como da para ver, jamais pretendi ser um literato.

Aconteceu, entretanto, um imprevisto: sempre guardei comigo uma certa frustração, porque ninguém escrevera a saga de meu avô - o Coronel Laurentino: esse, um homem admirável fundou a Usina Santa Amália. Inserindo uma região atrasada - o Alto Camaragibe - na moderna economia açucareira alagoana. Sentia-me em débito para com meu ilustre ancestral. Ao mesmo tempo, tinha a certeza de ser incapaz de purgar a mora. E que, se me sobra intuição, falta-me organização para coletar e organizar dados históricos. De repente, veio um estalo: por que não fazer um poema, em que a liberdade poética suprisse a imprecisão histórica. Aos poucos, fui construindo minha Usina. Também aos poucos, descobri que estava pagando um débito para com a gente do campo, com quem aprendera tanto.

Acabado o trabalho, retirei algumas cópias e mandei para uns poucos parentes mais próximos. Não tinha qualquer pretensão em publicar livros: morria de vergonha, pela falta de qualidade. Tudo aconteceria assim, não fosse o fato de um querido parente, o engenheiro Clóvis Maia Gomes, entregar uma cópia da *Usina* ao Professor Ib Gatto Falcão - Presidente da Academia Alagoana de Letras.

Paralelamente, cometi a imprudência de entregar uma cópia ao jornalista e escritor Luiz Gutemberg - também meu primo. Luiz, que acabava de fundar a Editora Dedalo, gostou do escrito e resolveu editar. Assim, quase sem querer, virei escritor. Publicado o livro, Clóvis Maia Gomes cometeu nova inconfidência, entregando ao Dr. Ib a cópia do único conto que ousei publicar: *As Pernas da Cobra* (uma parábola sobre a lentidão da Justiça). Recebi dele uma carta generosa, elogiando os dois



textos. Abriu-se vaga na Academia Alagoana de Letras. Provocado pelos intelectuais da Terra, candidatei-me. Essa, a história do cordelista que virou acadêmico.

Prática Jurídica - *Quem Vossa Excelência citaria que, por seu trabalho e feitos, sirva de exemplo?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Para mim, o homem ideal seria uma mistura de São Francisco de Assis com Dom Quixote de La Mancha.

Prática Jurídica - *Qual seu hobby favorito?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Sempre foi o futebol. Perna de pau, quando menino, tornei-me razoável lateral. Sou um dos fundadores do Glorioso *Gerovital* - o clube de peladas mais organizado e tradicional de Brasília. Infelizmente, os joelhos enferrujaram e proibiram-me de jogar a sagrada pelada sabatina. Mudei de esporte. Tornei-me petequieiro. Nesse esporte, sou aluno do Ministro Eduardo Ribeiro. Infelizmente, os joelhos vivem em crise, atrapalhando meu aprendizado. Estou, agora, fazendo um tratamento que, certamente, me levará de volta às quadras. Sinto uma falta danada. À mingua desses esportes, divirto-me juntando palavras, em versos impublicáveis e contos malucos.

Prática Jurídica - *Se alguém lhe pedisse conselho, sugeriria que escolhesse a magistratura, ou a vocação é essencial para o exercício desse ofício?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - A vocação é essencial. Para ser magistrado é necessário um conjunto de atributos mínimos. O primeiro deles é a humildade. O juiz precisa ter consciência de que é um membro da sociedade em que vive. Como tal, é um ser imperfeito, mistura de virtudes e defeitos; forças e fraquezas. Outra



qualidade fundamental é a capacidade de não guardar ressentimentos e preconceitos. O juiz deve partir da convicção de que a inocência se presume; a culpa é que deve ser provada. Juiz arrogante, ressentido e preconceituoso é digno de dó, porque está condenado a viver no inferno. O magistrado deve, antes de tudo, fazer um voto de modéstia patrimonial. Juiz que vive pensando em riquezas está sempre em risco de sucumbir à venalidade. Costumo dizer que, apesar de trabalhar de batina, não sou padre. E que vivo recluso e fiz voto de pobreza. Sou, assim, autêntico frade.

Prática Jurídica - *Qual a causa do baixo nível dos cursos jurídicos? Como debelar esse mal que se alastra com intensidade significativa?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - É difícil apontar uma causa. Tenho para mim que o desmonte do ensino básico é a causa principal. Por outro lado, a televisão, concessão estatal que deveria ser o grande catalisador cultural, oferece apenas desenhos animados do tipo Tom e Jerry, onde a violência é banalizada e transformada em simples divertimento. Para os adultos, a televisão reserva "pegadinhas" e "cacetadas". Como programa de fundo, vem o *Big Brother* - o mais perfeito exemplo de anticiudadania. Educado em má escola e aculturado pela televisão, o aluno chega à universidade sem o mínimo de conhecimentos humanísticos. Chega sem saber, ao menos, como organizar o pensamento. Na escola "superior", recebe aulas ministradas por professores formados nas mesmas escolas precárias.

A OAB propõe que se proíba a criação de novos cursos jurídicos. Acho que essa proposta limita-se a um tratamento sintomático. Tenho para mim que a existência de uma escola não causa, por si, qualquer lesão. Quem faz um curso, no mínimo aprende algo. A extinção de escolas é providência elitista que pune somente pessoas, cuja limitação econômica não permite a mudança para local onde funcione boa escola. A



escolaridade precária não influi, sequer, no credenciamento de maus advogados. E que tal credenciamento pressupõe o Exame de Ordem. Se há maus advogados, a culpa é da OAB que os credenciou e os mantém credenciados. Confesso minha inexperiência, mas tenho a impressão de que - antes de proibir a instalação de escolas - deveríamos cobrar do Estado, para que forneça melhor educação de base e faça com que a televisão pare de destruir nossa cidadania.

Prática Jurídica - *Vossa Excelência sente-se realizado pelo tanto que tem realizado? A que deve Vossa Excelência esse sucesso?*

Ministro Humberto Gomes de Barros - Tenho um amigo, quase irmão, chamado Francisco Nemésio. Uma vez, ele observou: "Quem está satisfeito com o que fez, não merece o que fez". Com isso, ele quis dizer que a pessoa, quando se tente quite com o mundo, começa a morrer. A sensação de haver realizado tudo o que devia é o primeiro sintoma da senilidade. De minha parte, por tudo o que a vida me deu, considero-me extremamente devedor. Por outro lado, pergunto: será que tenho tanto êxito? Quando me olho no espelho, enxergo um homem comum; não me considero um sujeito importante. Meus méritos para que eu fizesse o que fiz resumem-se em curiosidade para estudar, coragem para revolver o que está assentado, humildade para reconhecer erros, disposição para trabalhar e tenacidade para perseverar. O mais importante de tudo, eu devo aos amigos que me empurraram para frente e para cima, a meus pais e professores. Por último, devo registrar um imenso golpe de sorte: conheci Yvette, mulher serena, mas decidida. Além de filhos que me encham de orgulho, ela me fez superar a timidez, bronqueou, quando havia algum desânimo, e não me deixou fazer muitas loucuras.

Prática Jurídica - *Qual a mensagem que Vossa Excelência deixaria registrada para o jovem profissional e estudante?*



Ministro Humberto Gomes de Barros - Eu lhe diria: estude. Estude e tenha coragem para enfrentar as falsas verdades escondidas atrás dos argumentos de autoridade; trabalhe com perseverança; não desanime frente às dificuldades; lute pelo aprimoramento do Estado de Direito. Por mais apartidário que seja, o homem é animal político. Alhear-se dos problemas da cidadania e condenar-se à servidão moral; seja decente e faça com que todos seus circunstantes o sejam. Transigir com o imoral e ser coator da imoralidade. Finalmente, eu recomendaria: mantenha o bom humor e não confie em gente mal-humorada.

